

É possível pensar em educação pós-digital numa sociedade hiperconectada? Uma crítica à alfabetização midiático-informacional¹

Michel Carvalho da SILVA²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

A partir da crítica de autores sobre o uso irrefletido das plataformas digitais, o presente artigo investiga os tensionamentos entre alfabetização midiático-informacional, complexo internético e capitalismo informacional, dentro das análises da interface comunicação e educação. Para isso, o estudo, de caráter exploratório, promove uma revisão de literatura sobre as diferentes abordagens de letramento midiático e, em seguida, propõe uma reflexão sobre a ideia de educação pós-digital, em que o uso de telas por crianças e adolescentes em sala de aula não é obrigatório, e a mediação com o mundo não é necessariamente de forma on-line.

PALAVRAS-CHAVE: educação midiática; big techs; complexo internético; mundo pós-digital; hiperconectividade.

INTRODUÇÃO

Para Jonathan Crary, a alfabetização digital é um “eufemismo para comprar, jogar on-line, maratonar séries e se engajar em outros comportamentos monetizados e viciantes” (2023, p. 37). Ao criticar o imperativo da hiperconectividade, o autor argumenta que hoje a internet é o principal elemento definidor da vida cultural e sociocultural. Segundo ele, o fervor aparentemente altruísta a respeito da superação do ‘fosso digital’, consiste, na realidade, em uma estratégia orientada por interesses corporativos para que a adesão digital seja totalizante, o que inclui o aprendizado baseado em computadores, mesmo em escolas para estudantes das séries iniciais.

De acordo com Crary, o discurso “abnegado” das big techs (Apple, Google, Amazon, Microsoft e Meta) reforça a ideia de que pessoas desprovidas de acesso a conexões de banda larga estão vivendo em condições de privação, excluídas das possibilidades de mobilidade social ascendente, de oportunidades de carreira e de

¹ Trabalho apresentado no GP de Comunicação e Educação do XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Investigador do Grupo de Pesquisa Mediações Educomunicativas (MECOM), vinculado à ECA/USP. É diretor-adjunto da Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública) - Regional São Paulo. Docente Colaborador do projeto de extensão Universidade Aberta para as Pessoas Idosas (UAPI) no Campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Atua também como professor voluntário no Núcleo EDUCAFRO São Vicente, email: midiacidada@gmail.com.

enriquecimento cultural. No entanto, para o autor, o objetivo principal dessas empresas é transformar, com esse acesso, todas as pessoas em consumidores cativos e obedientes para seus produtos e serviços. “A verdade não dita é que, conforme o acesso e o uso da internet se expandem, as desigualdades econômicas se acentuam, e não o contrário” (Crary, 2023, p. 37).

Diante desse cenário em que estar conectado parece irremediável, alguns dilemas se colocam na ordem dia: que tipo de letramento midiático-informacional está sendo promovido? O que os projetos de educação midiática estão ofertando? Como desenvolver competências midiáticas para além dos interesses das big techs, desvencilhando-se de ações que, na realidade, somente criam e fidelizam consumidores para as plataformas digitais? Como chamar à reflexão e criar “antídotos” contra a hiperconectividade e a dependência digital?

A partir da crítica de autores como Haidt (2024), Desmurget (2023), Coeckelbergh (2023), Crary (2023), Morozov (2018), Han (2018, 2022), e Carr (2011) sobre o uso irremediável das plataformas, a proposta do trabalho é investigar os tensionamentos entre letramento midiático-informacional, complexo internético e capitalismo informacional, dentro das análises da interface comunicação e educação. Para isso, o estudo, de caráter exploratório, faz inicialmente uma revisão de literatura sobre as diferentes abordagens de educação midiática e, e seguida, propõe uma reflexão sobre a ideia de educação pós-digital, em que o uso de telas por crianças e adolescentes em sala de aula não é obrigatório, e a mediação com o mundo não é necessariamente de forma on-line.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ideia de uma educação para as mídias é debatida no Brasil desde os anos 30, com protagonismo para a Igreja Católica, que considerava que os meios de comunicação manipulavam fortemente as pessoas e que era preciso construir algum tipo de ação mitigadora (Corazza, 2016). Essa abordagem vigorou até o final dos anos 70, apesar da evolução do pensamento comunicacional e da superação da teoria hipodérmica (efeitos ilimitados). Nos anos 80, inicia-se uma discussão em torno da necessidade de desenvolver um conceito, que englobasse tanto a noção de leitura crítica da mídia (visão protecionista) quanto a de mídia-educação (visão otimista).

Diferentes termos, como *educomunicação*, *media education*, *media literacy*, *digital literacy*, e *information literacy*, foram criados para designar esse novo – e amplo – campo teórico-metodológico que tinha objetivo de integrar as mídias (jornal, rádio, televisão, e depois, internet) nos processos educacionais em todos níveis e modalidades, desenvolvendo competências midiático-informacionais (Bévort; Belloni, 2009). Com diferentes nuances, esses “conceitos irmãos” passaram a ser utilizados por organizações da sociedade civil, centros de pesquisa, universidades, instituições públicas e organismos internacionais em projetos de alfabetização midiática-informacional (AMI)³, nomenclatura utilizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para unificar os diferentes termos que tratavam de ações formativas na interface comunicação e educação (Wilson et. al., 2013).

A AMI, enquanto processo de aquisição de competências e habilidades que o sujeito deve ter para que seja letrado midiaticamente, se insere na lógica do ecossistema midiático contemporâneo – desordenado e plataformizado – e, mesmo que busque forjar cidadãos mais ativos e participativos, acaba estimulando, em parte, o uso de dispositivos eletrônicos por parte de crianças e adolescentes. Em outras palavras, mesmo com propósitos nobres, as atividades de AMI podem levar o sujeito a permanecer mais tempo naquele universo que Crary chama de complexo internético.

Para Crary, o complexo internético – como conjunto de dispositivos, lógicas e equipamentos ligados à internet – é uniforme e invariavelmente “sombrio” porque a máxima “tudo é permitido” ganha uma versão mais grave, segundo a qual “tudo é permitido, desde que possa ser monetizado e disponibilizado sob demanda”. Segundo o autor, o debate público sobre as tecnologias digitais se limita a apontar aprimoramentos e modificações de sistemas existentes, tratando a atual onipresença das plataformas como uma realidade inescapável. Crary argumenta que parece que não há como fugir das rotinas desalentadoras impostas pelas corporações de mídia, sobressaindo um discurso do tipo “as tecnologias de rede vieram para ficar”.

Desse modo, quando projetos de AMI desconsideram as ambições expansionistas do capitalismo informacional – que produz o encarceramento e o controle implacáveis do tempo e da experiência – acabam naturalizando essa realidade em que as tecnologias

³ A Unesco define a AMI como um “conjunto de competências que empodera os cidadãos para acessar, recuperar, compreender, avaliar, usar, criar e compartilhar informações e conteúdos midiáticos de todos os formatos, usando várias ferramentas, com senso crítico e de forma ética e efetiva, para que participem e engajem-se em atividades pessoais, profissionais e sociais”. (Grizzle, 2016, p. 29).

digitais operam como oportunidades de monetização, sem escrúpulos e sem controles governamentais, condenando nossos corpos a gestos programados (Crary, 2023). Esse processo se agrava com a popularização de sistemas baseados em inteligência artificial (IA), como o ChatGPT, que produz textos – e conversas com seres humanos – com certa coesão e coerência, bastando, para tanto, que os usuários elaborem perguntas e comandos (Citelli, 2023).

As críticas ao uso irrefletido das plataformas digitais também se concentram em termos cognitivos e habilidades intelectuais. O engajamento 24/7 com telas anestesia tão completamente que, segundo Crary, “perdemos a capacidade sensorial de experimentar a nós mesmos como parte da matriz viva da existência terrestre” (2023, p. 161). Para o autor, o atrofiamento do cuidado e da atenção com o outro faz crescer o entretenimento unilateral e o autismo generalizado, que “moldam a maior parte de nossas atividades on-line” (2023, p. 177).

Desmurget (2021), fazendo coro ao fatalismo de Carr (2011) sobre os impactos danosos do uso excessivo das tecnologias digitais, argumenta que nunca existiu um declínio tão significativo nas habilidades cognitivas na história. O autor defende a tese de que trinta minutos por dia na frente de uma tela são suficientes para afetar o desenvolvimento intelectual da criança, e sustenta que computadores, tablets e celulares prejudicam a linguagem, a concentração, a memória, a sociabilidade e o controle das emoções. Para ele, quanto mais se investe em tecnologias para o sistema educacional, menor é o resultado dos estudantes em relação à leitura, escrita, interpretação de texto e matemática.

O neurocientista francês sugere que é necessário gastar mais tempo com atividades enriquecedoras do ponto de vista do desenvolvimento humano, como ler, tocar instrumentos musicais, praticar esporte, conversar e interagir com as pessoas. De acordo com Desmurget, os pais devem contrariar o discurso vigente sobre as potencialidades pedagógicas das tecnologias digitais, e limitar o acesso às telas, estabelecendo regras para reduzir o tempo digital recreativo e reorientar as atividades cotidianas.

Já Haidt (2024) explica que o fato de a centralidade da infância migrar da brincadeira para a conectividade produz quatro efeitos visíveis: privação social, privação de sono, fragmentação da atenção e dependência. Em sua argumentação, o autor recupera os dados de uma pesquisa da American College Health Association (ACHA), que mostram aumentos de 134% e 106%, respectivamente, nas taxas de ansiedade e depressão

nos EUA de 2010 a 2019. No caso dos americanos de 12 a 17 anos, a taxa de depressão feminina cresceu 161%, e a masculina, 135%, de 2004 a 2022. Na comparação entre adolescentes que utilizam ou não plataformas digitais, os transtornos afetam mais o primeiro grupo.

De um lado, temos, então, o complexo internético e a ideia de que não é possível coabitar no mundo fora do ecossistema digital; do outro, a hiperconexão e os transtornos cognitivos e intelectuais advindos desse uso excessivo das tecnologias. Diante desse dilema, a AMI se vê compelida a promover competências que empoderam os cidadãos para interagir de forma crítica com informações e conteúdos midiáticos de todos os formatos; ao mesmo tempo que é preciso reconhecer a complexidade de formas modernas de ‘capitalismo digital’ (Buckingham, 2022, p. 19).

A AMI que se limita a ensinar a utilizar determinados dispositivos, quer para acessar a mídia, quer para criar mensagens nela, acaba reforçando a crítica de Crary a respeito da alfabetização digital. Ao defender programas abrangentes, sistemáticos e duradouros de AMI, Buckingham considera que a educação midiática deve implicar um entendimento crítico profundo de como a mídia funciona, como comunica, como representa o mundo, e como é produzida e usada.

DISCUSSÃO

O capitalismo informacional e, conseqüentemente, o imperativo da conectividade e a coleta massiva de dados, produz um processo de digitalização da vida, ou seja, todas atividades cotidianas acabam sendo subsidiadas por grandes corporações de tecnologia (Morozov, 2018). E o campo da educação parece não oferecer resistência à ascensão das big techs. Pelo contrário, nos últimos anos, diferentes países fecharam acordos com empresas de tecnologia para oferta de plataformas de ensino-aprendizagem, ferramentas pedagógicas para professores, aplicativos de videoconferência, repositórios, e programas de educação midiática⁴.

A utilização consciente de telas e dispositivos digitais por crianças e adolescentes se tornou uma preocupação global. O próprio governo brasileiro, por meio da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, criou, em dezembro de

⁴ Disponível em: <https://porvir.org/com-apoio-do-google-curso-de-educacao-midiatica-traz-ferramentas-para-professores/>. Acesso em 27 jun. 2024.

2023, um grupo de trabalho para discutir o tema e elaborar um guia voltado a famílias, educadores e gestores públicos para lidar com o fenômeno da digitalização e promover um uso saudável e adequado das telas (BRASIL, 2023). No entanto, o Poder Executivo pouco fez para responsabilizar as big techs no enfrentamento a distúrbios associados à utilização desenfreada de aplicativos e plataformas.

Sem dúvida, o debate sobre os riscos e as oportunidades em relação ao uso de plataformas digitais por parte de crianças e adolescentes exige uma compreensão crítica sobre o cenário midiático global. Por isso, não devemos adotar nem uma perspectiva de demonização das tecnologias, tão pouco reproduzir o discurso salvífico das corporações de mídia. A educação pós-digital, que pausa o ritmo de vida e se desconecta dos aplicativos, pode ser uma alternativa de ensino-aprendizagem para as próximas gerações, considerando que o desenvolvimento da expressão, da criatividade e do senso de identidade não dependem desse complexo internético (Sodré, 2012).

Ao argumentar que vivemos hoje num mundo exaustivamente on-line, mas não irremediavelmente on-line, Crary sinaliza que, se for possível um futuro habitável e compartilhado em nosso planeta, será um futuro off-line. Para o autor, uma era digital de vida breve será superada por uma cultura material híbrida, baseada em antigos e novos modos de vida e subsistência cooperativa. E a alfabetização midiático-informacional tem muito a contribuir com essa quebra de paradigma.

REFERÊNCIAS

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. **Educação e Sociedade**, 30(109), 2009, p. 1081-1102.

BRASIL. Portaria SECOM/PR Nº 13 de 5 de dezembro de 2023. Institui Grupo de Trabalho para elaboração de Guia para Uso Consciente de Telas e Dispositivos Digitais por Crianças e Adolescentes. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/PORTARIAN6970DE27DESETEMBRODE2022.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BUCKINGHAM, David. **Manifesto pela educação midiática**. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

CARR, Nicholas. **A geração artificial: o que a internet está fazendo com nossos cérebros**. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

CITELLI, Adilson. GPT-3: um cérebro eletrônico no jardim do fascínio. In: 46º Congresso da INTERCOM, 2023, Belo Horizonte (MG). **Anais do 46º Congresso Anual da INTERCOM**. São Paulo: Intercom, 2023. v. 1. p. 1-15.

CRARY, Jonathan. **Terra arrasada**: Além da era digital, rumo a um mundo pós-capitalista. São Paulo: Ubu, 2023.

CORAZZA, Helena. **Educomunicação**: Formação pastoral na cultura digital. São Paulo: Paulinas, 2016.

DESMURGET, Michel. **A fábrica de cretinos digitais**: os perigos das telas para nossas crianças. São Paulo: Vestígio, 2021.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. São Paulo: Vestígio, 2020.

GRIZZLE, Alton. **Alfabetização midiática e informacional**: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias. Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016.

HADT, Jonathan. **A geração ansiosa**: Como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022.

HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação**: diversidade, descolonização e redes. Petrópolis: Ática, 2012.

WILSON, Carolyn (et. al.). **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013.